



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e
Alto Paranaíba

126611/2013
Pág. 1 de 5
27/09/2013

ADENDO AO PARECER ÚNICO Nº 502866/2011 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 12034/2013	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença Prévia e de Instalação		

EMPREENDEDOR:	CARLOS ALBERTO PELOI	CPF:	830.902.319-72
EMPREENDIMENTO:	FAZENDA RIO DAS PEDRAS	CNPJ:	-----
MUNICÍPIO:	UBERLÂNDIA/MG	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	SAD 69 22 K S 18° 52' 25'' W 48° 33' 10,5''		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL:	RIO PARANAÍBA	BACIA ESTADUAL:	
UPGRH:		SUB-BACIA:	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	
	ADENDO AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SUPRESSÃO DE 2,0 HECTATES DA COBERTURA FLORESTAL NATIVA COM DESTOCA.		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: ANTÔNIO JOÃO LEMOS PEIXOTO		REGISTRO: CREA/MG 93808/D	
RELATÓRIO DE VISTORIA: 4237/2013		DATA:	04/09/2013

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MA SP	ASSINATURA
Amilton Alves Filho		
José Roberto Venturi		
Bruno Neto de Ávila		
Kamila Borges Alves		



1. AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

O empreendedor Celso Alberto Peli requereu junto a SUPRAM/Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Licença Prévia e de Instalação concomitantes para a instalação de uma granja de aves no imóvel denominado Fazenda Rio das Pedras, localizado no município de Uberlândia/MG. O processo de licenciamento ambiental foi formalizado, conforme documento de fl. 003 em 03/04/2012, anexado aos estudos ambientais apresentados.

Em 13 de julho de 2012 foi concedido na 90ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a licença prévia e de instalação nº 119/2012 para a instalação de um projeto de avicultura de corte e reprodução (G-02-01-01) com um plantel de 346.000 cabeças de aves, sendo classificado de acordo com a DN COPAM nº 74/04, como classe 04, sendo de grande porte e pequeno potencial poluidor. A atividade secundária inclui a bovinocultura de leite com 70 cabeças.

O empreendedor apresentou requerimento junto a SUPRAM TMAP 29/08/2012 requerendo a limpeza de 4,0 hectares de pasto sujo em processo de regeneração natural através de um adendo a licença ambiental nº 119/2012. (**Figura 01**).

Figura – 01-Limite da propriedade rural e área de limpeza para instalação de galpões autorizada na 94ª Reunião ordinária do COPAM.



Fonte: Google Earth, 2010.



A autorização foi concedida na 94ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, permitindo uma limpeza de 4,0 hectares conforme figura 01.

Novamente, em 03 de maio de 2013 o empreendedor formalizou requerimento para limpeza de mais 2,0 hectares de pastagem em processo de regeneração natural. No entanto, no plano de utilização pretendido, o consultor ambiental alega que, *in verbis*:

“O objetivo principal do projeto é a retirada de vegetação natural atual que ocupa uma área de 1,0 hectares sendo que são apenas 12 pés de gueroba, 6 pés de faveiro, 2 pés de sucupira preta, 5 pés de cacau, 12 pés de pequi e 2 pés de catiguá branco” (pag.17 dos estudos ambientais).

Inicialmente após uma simples leitura dos estudos protocolados observa-se uma série de divergências, vejamos: o requerimento menciona uma área de **2,0ha** com destoca para exploração, todavia, o estudo realizado com base na Portaria nº 191/2005 do Instituto Estadual de Florestas/IEF (revogada em 31/01/2013) contempla que a supressão requerida é de **1,0ha**.

A vistoria foi realizada pela equipe da SUPRAM TMAP em 04/09/2013, e constatou que o empreendedor explorou, sem a devida autorização do órgão ambiental, uma área de 2,29 hectares, conforme figura 02.



Figura 02- Área de desmate autorizada de 4,0 hectares e área de 2,29 hectares ao lado recentemente desmatada sem autorização do órgão ambiental.



Em decorrência da limpeza da área sem a licença competente será lavrado um auto de infração, nos termos do Decreto Estadual N° 44.844/2008.

Conforme consta nos estudos ambientais, a limpeza da nova área de 2,0 hectares é necessária para a construção de uma estrada de acesso aos barracões da avicultura. Entretanto, em vistoria constatamos que não existe a necessidade de suprimir sequer um 1 cm² de cobertura florestal nativa para acesso aos galpões da avicultura. Isso porque, a área da Fazenda Rio das Pedras encontra-se bastante descaracterizada em relação a sua cobertura florestal primária, sendo possível a construção de estradas sem a necessidade de suprimir exemplares da flora nativa.

Em relação às condicionantes da licença prévia e de instalação não se observa o fiel cumprimento destas em relação à supressão de vegetação já autorizada. O empreendedor também não comprovou junto ao órgão ambiental o uso racional do solo já desmatado, condição necessária para abrir novas áreas. Não cabe ao proprietário/posseiro do solo rural simplesmente “limpar” área, antes deve comprovar sua necessidade, comprovando que a área já “limpa” está sendo utilizada para algum fim lícito e com índices de produtividade agrícola compatível com o definido nas normas do Governo Federal.

Por outro, lado o estudo ambiental aponta que vai suprimir 12 exemplares de pequizeiros mortos. Entretanto, importante citar que condicionante 04 do adendo ao processo de licenciamento ambiental estabelece que o empreendedor deve:

“Apresentar relatório técnico e fotográfico com as respectivas coordenadas geográficas dos pequizeiros (Caryocar brasiliense), após a limpeza da área. Neste caso, anexar à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Prazo: Na formalização da LO”.
Fonte: Parecer único n°. 0489734/2012.

Portanto, o novo pedido de supressão dos 12 exemplares de pequizeiros pode se referir a condicionante aprovada na Reunião da URC TMAP do COPAM, já que o estudo protocolado não apresenta clareza na indicação da área de supressão. E cita-se que durante a vistoria no local verificamos que alguns pequizeiros não estão mortos, apenas tinham perdido as folhas no período seco do ano.

CONTROLE PROCESSUAL

Face o exposto acima, considerando que o estudo apresentado não confere respaldo técnico e legal para a concessão da intervenção ambiental requerida; considerando que não foi comprovada a inexistência de alternativa técnica locacional das infraestruturas do empreendimento, com o objetivo de comprovar a necessidade da supressão requerida; e considerando por fim, o que dispõe o art. 39 da Lei Estadual 14.309/2002, somos pelo indeferimento do requerimento em apreço.



CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, a equipe de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo **indeferimento** do pedido de supressão da cobertura florestal nativa com destoca em uma área de 2,0 hectares na Fazenda Rio das Pedras em Uberlândia/MG, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Amilton Alves Filho		
José Roberto Venturi		
Bruno Neto de Ávila		
Kamila Borges Alves		